
Empresários portugueses no Luxemburgo

uma primeira aproximação

José Carlos Marques

Instituto Politécnico de Leiria, CICS.Nova (núcleo de Leiria) e CES, Coimbra

OEm Working-Paper 01 maio de 2015

Este artigo constitui um estudo preliminar sobre os empresários portugueses no exterior, centrado no caso dos portugueses no Luxemburgo. Caracteriza-se, na primeira parte, a evolução da emigração portuguesa para aquele país e a sua inserção no mercado de trabalho. Na segunda parte, aprofunda-se o conhecimento sobre as atividades empreendedoras dos emigrantes portugueses e analisam-se diferentes fatores com impacto sobre a criação e o desenvolvimento de práticas empreendedoras entre os portugueses no estrangeiro. [Palavras-chave: emigração portuguesa, empreendedorismo migrante]

Title Portuguese entrepreneurs in Luxembourg: a preliminary approach.

Abstract This paper is a preliminary study of Portuguese entrepreneurs abroad, focused on the case of the Portuguese in Luxembourg. We characterize, in the first part, the evolution of Portuguese emigration to that country and their integration into the labour market. In the second part we analyse the entrepreneurial activities of Portuguese emigrants and analyse different factors that impact on the creation and development of entrepreneurial practices among Portuguese abroad.

Keywords Portuguese emigration, migrant entrepreneurship.

Receção: 30 de Setembro de 2014.

Aprovação: 25 de março de 2015.

Nas publicações do OEm usa-se a notação anglo-saxónica dos números: os milhares são separados por vírgulas e as casas decimais por pontos.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Índice

Índice de quadros e figuras	4
Introdução	5
1 Portugueses no Luxemburgo	6
2 Empreendedorismo dos portugueses no Luxemburgo	10
2.1 Caracterização dos inquiridos	11
2.2 Atividade empresarial	13
2.3 Determinantes do desenvolvimento do empreendedorismo: a ação de fatores de atração e de repulsão	16
2.4 Dificuldades experimentadas no processo de criação empresarial e no decurso da atividade da empresa	19
2.5 A construção e manutenção de relações económicas externas por parte dos empreendedores portugueses no exterior	22
Notas finais	24
Referências bibliográficas	25

Índice de quadros e figuras

Quadros

Quadro 1	Empresas criadas	13
Quadro 2	Características das empresas.....	14
Quadro 3	Nacionalidade dos empregados, clientes e fornecedores.....	15
Quadro 4	Incentivos e pressões para o desenvolvimento da atividade empresarial	18
Quadro 5	Dificuldades sentidas no período inicial da constituição da empresa (% de respostas positivas)	21
Quadro 6	Dificuldades sentidas no funcionamento da empresa (% de respostas positivas).....	21

Figuras

Figura 1	Entrada e saída de portugueses no Luxemburgo, 1970-2012	6
Figura 2	Evolução da população estrangeira e da população portuguesa no Luxemburgo, 1960-2013.....	7
Figura 3	Principais sectores de atividade dos portugueses, 2011.....	8
Figura 4	Condição perante a atividade económica dos portugueses, 2011.....	9
Figura 5	Características sociodemográficas dos inquiridos.....	12

Introdução

O Luxemburgo constitui, juntamente com outros países na Europa, um renovado destino da emigração portuguesa contemporânea que se intensificou, em especial, com o acentuar da crise económica nacional. A acuidade com que este fluxo migratório se desenvolveu nos últimos anos, não deve, contudo, fazer esquecer que a emigração portuguesa para o Luxemburgo é uma realidade contínua desde os anos 60 do século XX, apresentando ao longo do tempo diferentes ritmos e intensidades. A análise da inserção económica dos emigrantes portugueses no Luxemburgo (e em particular das suas práticas empreendedoras) que se esboça neste artigo reflete esta longa história.

Numa primeira parte do artigo descreve-se, de forma sintética, a evolução da emigração portuguesa para o Luxemburgo e a sua inserção no mercado de trabalho luxemburguês. Numa segunda parte, procura-se aprofundar o conhecimento sobre as atividades empreendedoras dos emigrantes portugueses (uma área que, como mostra uma recente bibliografia sobre a emigração portuguesa, não tem merecido um estudo aprofundado no conjunto dos estudos sobre a emigração portuguesa)¹ e analisar os diferentes aspetos que influenciam a criação e desenvolvimento de práticas empreendedoras por parte dos portugueses no estrangeiro. Recorre-se para esta análise a um inquérito realizado, em 2012, a empresários portugueses no Luxemburgo. Como indica o título do artigo, trata-se de uma primeira aproximação ao estudo dos empresários emigrantes portugueses, a qual, por isso, sofre das limitações próprias de qualquer abordagem inicial.

¹ Na referida bibliografia que coteja a produção científica sobre a emigração portuguesa entre 1980 e 2013, existem apenas seis referências que abordam, por vezes de forma indireta, as práticas de empreendedorismo dos emigrantes portugueses (Candeias, Góis, Marques e Peixoto, 2014).

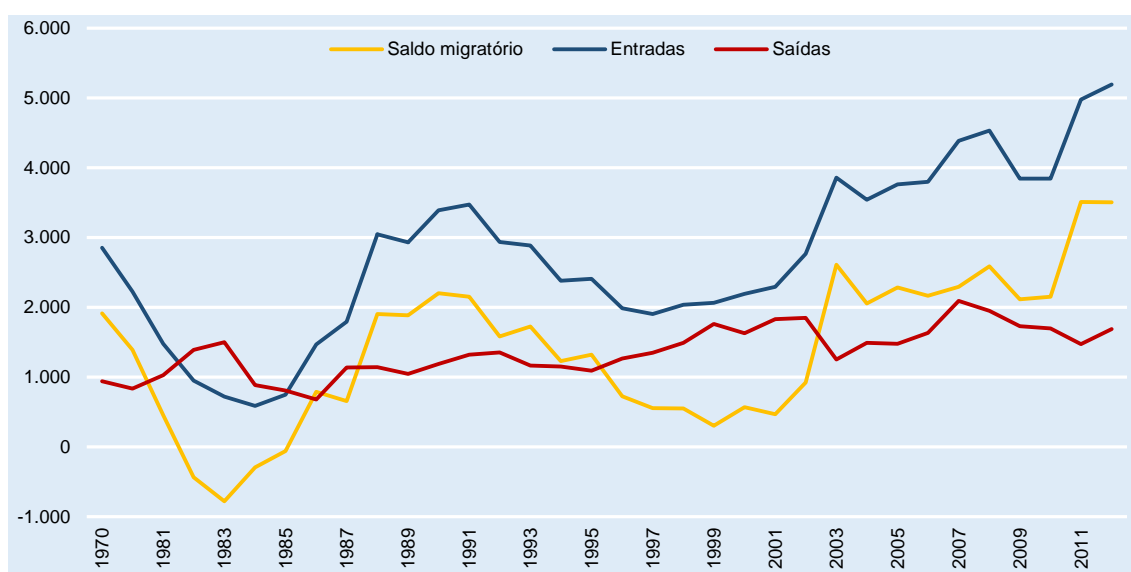
1 Portugueses no Luxemburgo

A partir do final dos anos de 1960, os portugueses começam a representar um dos principais grupos de imigrantes que anualmente chegam ao território luxemburguês, assumindo, a partir de 1986, o lugar cimeiro na hierarquia numérica dos cidadãos estrangeiros que anualmente chegam ao Luxemburgo.²

Os dados das entradas e saídas de portugueses no Luxemburgo (figura 1) permitem identificar dois momentos centrais na formação da comunidade portuguesa. O primeiro, entre o final dos anos 1980 e meados dos anos 1990, em que as entradas representaram sempre mais do dobro das saídas anuais. O segundo, a partir de 2003 em que se repetiu, a níveis mais elevados, o verificado no primeiro momento.

Em resultado desta evolução do fluxo migratório, os portugueses tornaram-se, a partir de 1981, a principal comunidade de imigrantes no Luxemburgo, representando, em 2013, 36.9% do total de estrangeiros residentes no país e 16.4% da população total.

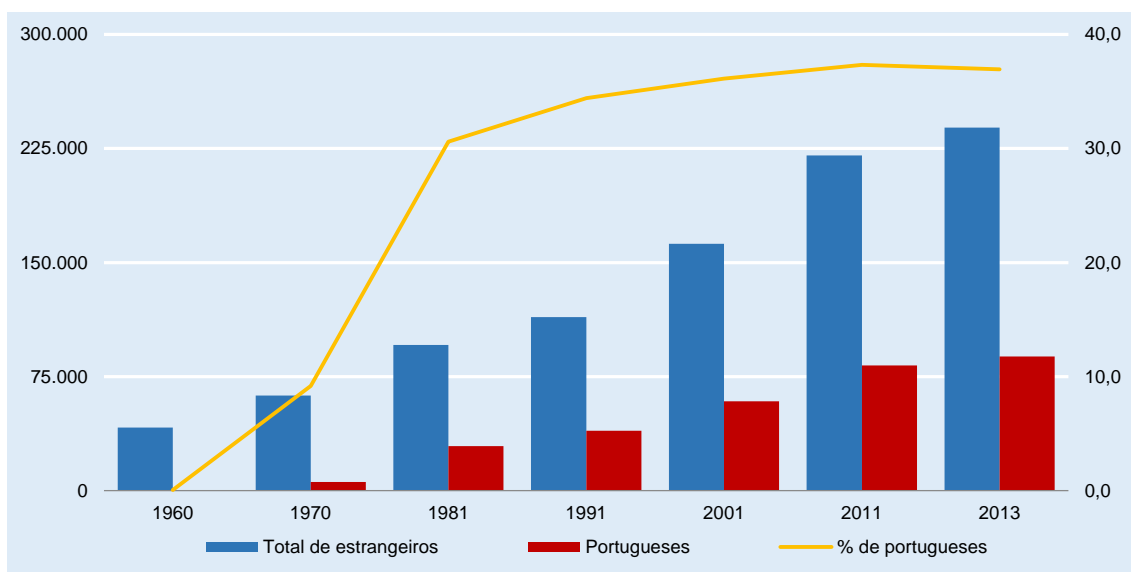
Figura 1 Entrada e saída de portugueses no Luxemburgo, 1970-2012



Fonte STATEC (vários anos, disponível em <http://www.statistiques.public.lu>).

² Para uma análise aprofundada da história da emigração portuguesa no Luxemburgo, veja-se Beirão (1999) e Arroteia (1986).

Figura 2 Evolução da população estrangeira e da população portuguesa no Luxemburgo, 1960-2013



Fonte STATEC (vários anos, disponível em <http://www.statistiques.public.lu>)

Em termos demográficos a população portuguesa no Luxemburgo pode ser caracterizada como jovem (com uma idade média de 32.9 anos) e com uma repartição por sexo ligeiramente enviesada a favor do sexo masculino (52.5%).³

Em termos de habilitações escolares, trata-se de uma população em que predominam os baixos níveis de escolaridade (45% dos portugueses com mais de 14 anos apenas frequentaram o ensino primário e 24% o nível inferior do ensino secundário),⁴ seguidos pelos níveis de formação intermédios (sobretudo de natureza profissionalizante). A análise dos níveis de formação por grupo etário permite verificar que os baixos níveis de formação predominam, praticamente, em todos os grupos etários, embora com uma proporção decrescente à medida que se observam os grupos de idade mais jovens. Assim, 80 ou mais por cento dos portugueses com 40 e mais anos apenas apresentam como nível de qualificação escolar o ensino primário ou o nível inferior do ensino secundário (percentagem que sobe para mais de 90% nos emigrantes com 55 e mais anos). Nos grupos de idade mais jovens a proporção dos detentores de níveis de formação mais baixos reduz-se para 69.2%, entre os que têm entre 35 e 39 anos, e para 45.4% no caso dos que têm entre 25 e 29 anos. Assiste-se, deste modo, a uma expansão

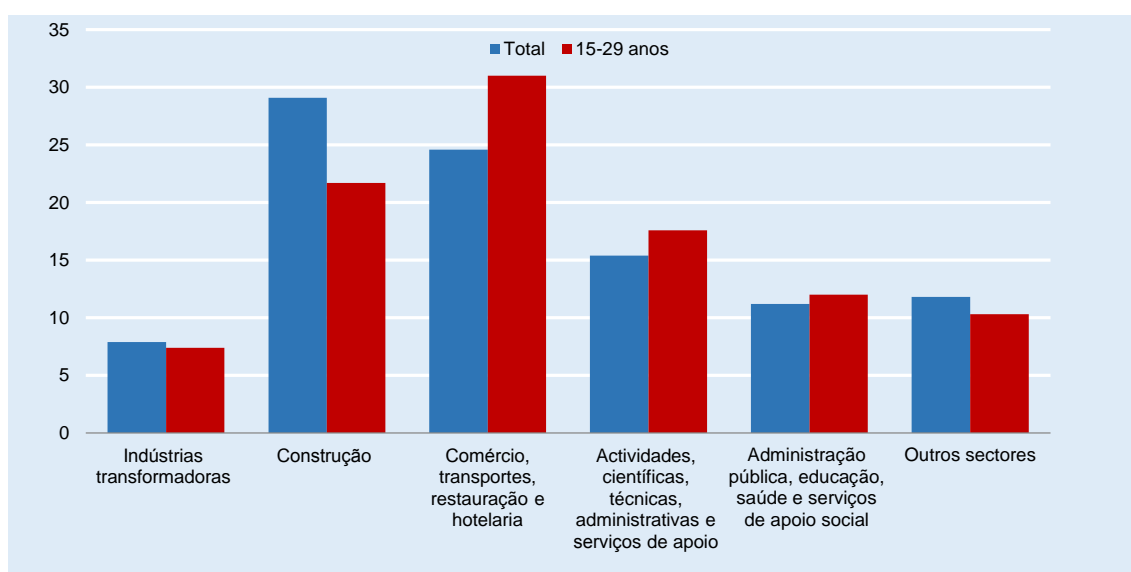
³ Dados referentes ao recenseamento da população de 2011.

⁴ O nível inferior do ensino secundário é equivalente ao 9º ano em Portugal (Portaria n.º 699/2006 de 12 de julho).

temporal da formação escolar dos portugueses no Luxemburgo, embora a um nível inferior ao registado pela população total (STATEC, 2013).⁵

É interessante observar que, tratando-se de uma migração de cariz laboral, somente 51.2% dos portugueses se encontram ativos no mercado de trabalho luxemburguês. Este dado reflete o desenvolvimento dos processos de reagrupamento familiar e da formação das famílias portuguesas no Luxemburgo. Assim, da população inativa, 22.7% são estudantes e 7.3% são reformados. É ainda de notar que 4.9% dos inativos se encontram numa situação de desemprego.

Figura 3 Principais sectores de atividade dos portugueses, 2011



Fonte STATEC (vários anos, disponível em <http://www.statistiques.public.lu>)

A inserção dos portugueses no mercado de trabalho luxemburguês é marcada pela concentração de uma parte importante dos emigrantes nos sectores de atividade “tradicionais” da construção civil (23.6%) e do comércio, hotelaria e restauração (16.5%) (figura 3). Para além destes sectores é de referir a relevância assumida pelo sector dos serviços de apoio que emprega 10.3% dos portugueses. Os dados relativos aos sectores de atividade dos jovens ativos (15 a 29 anos) mostram que estes tendem a apresentar algumas diferenças em relação à estrutura ocupacional geral dos portugueses, embora se mantenha o padrão ocupacional global. Verifica-se, no grupo dos ativos jovens, uma ligeira diminuição no sector da

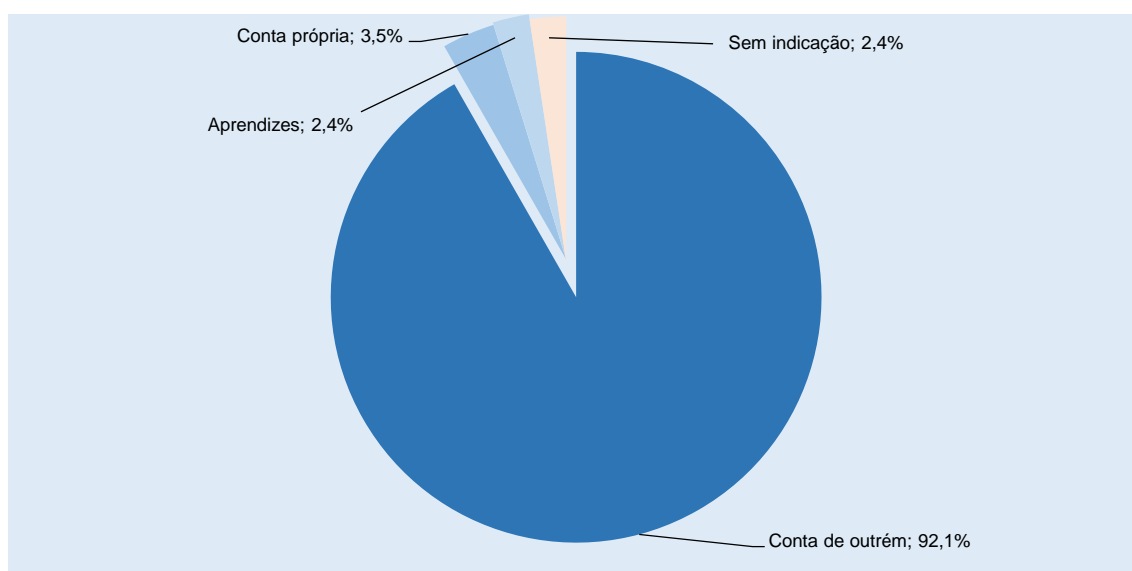
⁵ Na população total a percentagem dos que possuem níveis mais baixos de formação é de 19.2% para os jovens entre os 25 e 29 anos, 21.7% para os que têm entre 30 e 34 anos e 27.1% para a população entre os 35 e 39 anos (STATEC, 2013).

construção civil (21.7%) e um aumento no sector do comércio, restauração e hotelaria (31%) e em sectores que, em termos gerais, ocupam menos portugueses: os serviços (17.6%) e a administração, educação e saúde (12%).

Quanto à condição perante a atividade económica, a esmagadora maioria dos ativos portugueses encontra-se a trabalhar por conta de outrem (92.1%) (figura 4). Os trabalhadores por conta própria representam, em 2011, 3.5% dos ativos (no total 1,384 pessoas) e os restantes 4.4% distribuem-se por ativos em formação (2%) e pelos que não indicaram o seu estatuto profissional (2.4%).⁶

Apresentadas de forma sintética algumas das características da população portuguesa no Luxemburgo, importa, de seguida, olhar para as práticas empreendedoras destes portugueses.

Figura 4 **Condição perante a atividade económica dos portugueses, 2011**



Fonte STATEC (vários anos, disponível em <http://www.statistiques.public.lu>)

⁶ Os dados relativos à caracterização económica dos portugueses resultam de um levantamento solicitado ao serviço estatístico luxemburguês (STATEC).

2 Empreendedorismo dos portugueses no Luxemburgo

Os dados relativos à inserção económica dos emigrantes portugueses no Luxemburgo, atrás apresentados, mostram que a percentagem dos que trabalham por conta própria não é quantitativamente muito significativa. Como, contudo, reconhecem diversos autores, não obstante a importância relativa das atividades de empreendedorismo imigrante para as economias dos países de acolhimento, não deve ser descurado o significado substantivo e as implicações práticas destas atividades para os próprios imigrantes.⁷ A aferição destas consequências práticas significa conhecer se o autoemprego constitui uma opção face ao desemprego, se cria oportunidades de trabalho para um indivíduo e/ou os seus co-nacionais, se confere recursos económicos, se possibilita ou assenta na manutenção de relações transnacionais, etc. (Light *et al.*, 1994; Portes e Sensenbrenner, 1993).

A aplicação de um questionário aos empresários portugueses no Luxemburgo procurou, precisamente, contribuir para o conhecimento destes aspetos, através da inclusão de um conjunto de questões dirigidas:

- a) à caracterização da atividade empresarial dos emigrantes portugueses;
- b) à identificação dos principais determinantes do desenvolvimento das práticas empreendedoras, possibilitando, assim, conhecer a influência dos recursos individuais e de grupo e a ação de fatores *pull* e *push* (de incentivo e de pressão);
- c) à análise dos problemas e das necessidades de apoio sentidas pelos empresários de origem imigrante e, em particular, a relevância dos recursos familiares e “co-nacionais” no processo de desenvolvimento empresarial;
- d) ao reconhecimento da construção e manutenção de relações económicas externas por parte dos empreendedores portugueses no exterior, em particular as relações económicas mantidas com o país de origem.

⁷ Utilizar-se-ão de forma indiferenciada ao longo do texto as designações “empreendedorismo imigrante” e “empreendedorismo étnico”. Reconhece-se, contudo, que o empreendedorismo étnico se refere a práticas de autoemprego de um segmento da sociedade cujos membros partilham (ou acreditam partilhar) uma origem étnica e cultural comum e que se envolvem em atividades partilhadas nos quais esta origem comum constitui um elemento central, enquanto a noção de empreendedorismo imigrante se limita aos indivíduos que efetivamente encetaram um movimento migratório (excluindo, por isso, aqueles que nasceram no país de acolhimento) (Volery, 2007; Yinger, 1985).

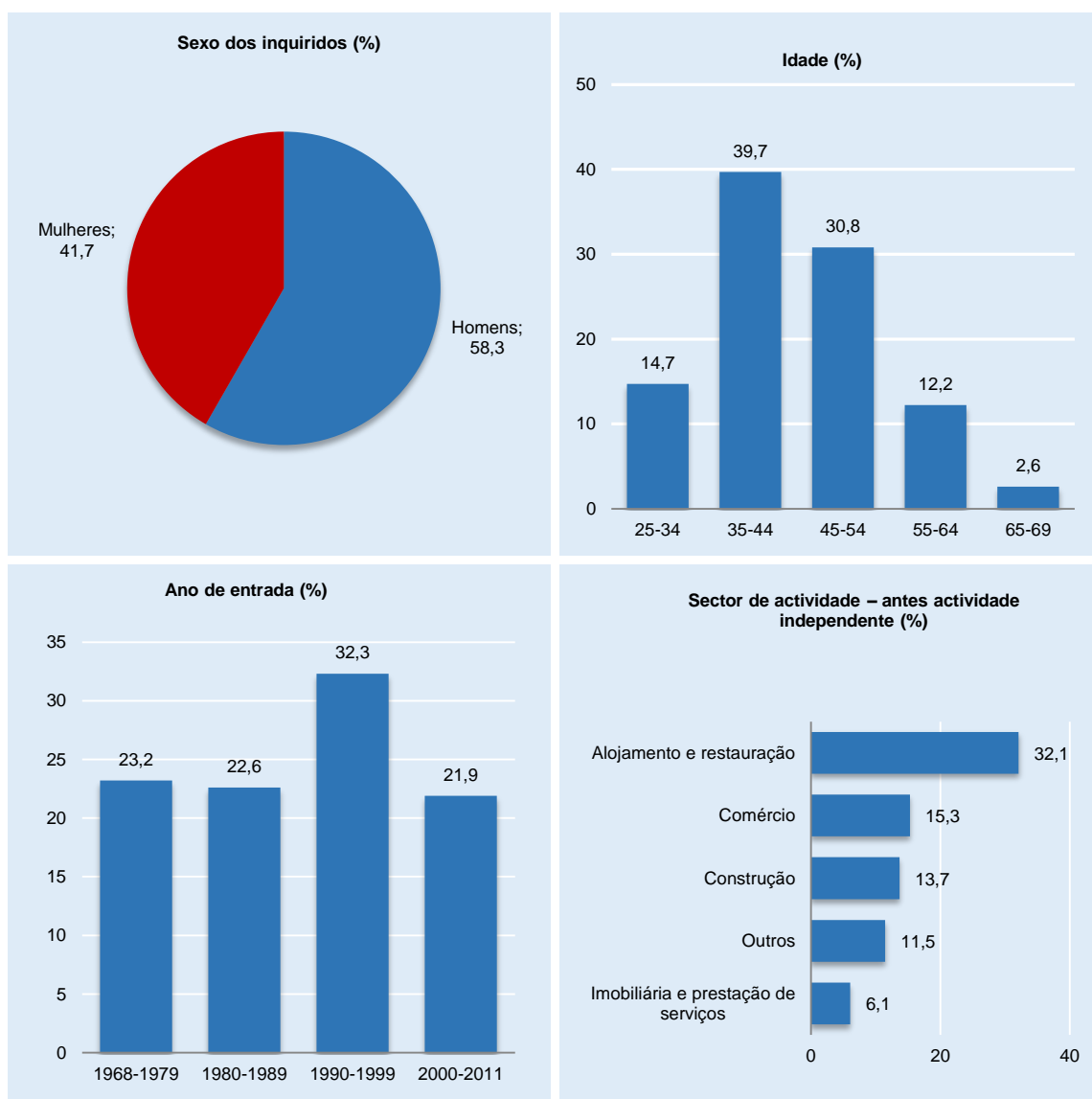
2.1 Caracterização dos inquiridos

Antes de prosseguir com a análise dos dados do inquérito, importa apresentar, de forma breve, as características dos inquiridos. O inquérito foi aplicado entre janeiro e fevereiro de 2012 a 156 empresários portugueses no Luxemburgo (ou seja, a aproximadamente 11% dos portugueses que, segundo o Censo de 2011, trabalhavam por conta própria). Naturalmente que o número de inquiridos e a metodologia de amostragem utilizada dificilmente permitem extrapolar os resultados obtidos para a generalidade dos emigrantes empreendedores portugueses no Luxemburgo.⁸ Contudo, esse também não constituía o objetivo central da investigação realizada, a qual foi orientada pelo interesse em expandir o conhecimento sobre as atividades empreendedoras dos emigrantes portugueses, uma área que, como referido na introdução, tem estado pouco presente nos estudos sobre a emigração portuguesa.

Dos 156 inquiridos, 58% eram do sexo masculino e um pouco mais de dois terços (70.5%) tinham entre 35 e 54 anos (figura 5). Quanto ao ano da primeira entrada no Luxemburgo, pode notar-se que 32.3% emigrou nos anos 1990 e 21.9% na primeira década do século XXI. Os dados relativos à entrada no Luxemburgo, em especial as que decorrerem durante a última década do século XX, indicam a manutenção do fluxo migratório português para este país após o anunciado final dos movimentos emigratórios nacionais. Os sectores económicos em que se inseriam os emigrantes antes de se tornarem independentes eram os do alojamento e restauração (32.1%), construção civil (13.7%), comércio (15.3%), o sector imobiliário e sector dos outros serviços (11.5%, referentes sobretudo, à prestação de serviços domésticos, limpezas e serviços pessoais, etc.).

⁸ A técnica de amostragem seguida foi a de “bola de neve” que se reveste de especial utilidade num estudo de cariz mais exploratório, no qual se procura uma primeira aproximação ao tema que permita uma posterior sustentação e desenvolvimento de um estudo mais aprofundado. A técnica da “bola de neve” foi constrangida pela imposição de quotas relativas ao género e ao sector de atividade. Procurou-se, deste modo, incluir migrantes ativos em diferentes sectores de atividade e uma proporção importante de homens e mulheres, assumindo que ambos os sexos apresentam diferentes oportunidades no mercado de trabalho e na prossecução de uma atividade independente.

Figura 5 Características sociodemográficas dos inquiridos



Fonte Inquérito aos empresários portugueses no Luxemburgo, 2012

2.2 Atividade empresarial

A maioria das empresas dos participantes no inquérito foi criada no século XXI e, em particular, a partir de 2006 (44.2%). Neste período, foram, sobretudo, os emigrantes que chegaram ao Luxemburgo na última década do século XX, ou na primeira década do século XXI os principais responsáveis pelo desenvolvimento de uma atividade empresarial (respetivamente, 32.4% e 38.2%).

Quanto à forma de início da atividade, a quase totalidade dos inquiridos (99.3%) comprou uma empresa já existente e só uma minoria percorreu todo o processo de criação inicial de uma empresa. A forma jurídica escolhida para a constituição da empresa foi, maioritariamente, a sociedade anónima (55.6%), seguindo-se formas de propriedade individuais (35.3%) ou de sociedade unipessoal (5.2%).

Quadro 1 Empresas criadas

Indicador	%	N
Ano de criação		
Até 1980	5.2	8
1981-1990	10.4	16
1991-2000	20.1	31
2001-2005	20.1	31
2006-2011	44.2	68
Forma de propriedade		
Empresário em nome individual	35.3	54
Sociedade unipessoal por quotas	5.2	8
Sociedade anónima	55.6	85
Outra	3.9	6
Forma de financiamento		
Poupanças pessoais	40.9	63
Crédito bancário	39.0	60
Empréstimos de familiares/amigos	7.1	11
Poupanças e crédito bancário	11.7	18
Outra	1.3	2

Fonte Inquérito aos empresários portugueses no Luxemburgo, 2012.

Os recursos próprios (40.9%) ou institucionais (crédito bancário) (39.0%) constituem os principais recursos utilizados pelos portugueses no momento de criação da sua empresa. Os recursos oriundos da comunidade (familiares ou amigos) assumem uma proporção bastante reduzida (apenas 7.1% afirmaram recorrer a este tipo de ajuda). Este reduzido acesso aos recursos económicos da comunidade é assinalável atendendo a que a insuficiência de recursos

económicos e financeiros constitui uma das principais dificuldades apresentadas pelos emigrantes empreendedores portugueses. Parece, assim, que, ao contrário do frequentemente sugerido na literatura relativa ao empresarialismo imigrante (ver, por exemplo, Light, 1987; Light e Gold, 2000; Smallbone *et al.*, 2003), a escassez de capitais próprios não é, no caso dos empresários portugueses, compensada pelo acesso a mecanismos de solidariedade financeira oriundos da comunidade ou da família.

Uma elevada proporção das empresas criadas pelos inquiridos são de pequena ou média dimensão quer em termos de número de empregados (até 9 empregados), quer em termos de volume de negócio (geralmente inferior a 75 mil euros) (quadro 2).

A análise dos sectores em que os emigrantes portugueses constituíram as suas empresas mostra que estes são, sensivelmente, os mesmos sectores em que exerceram a sua última ocupação antes de se tornarem independentes, a saber: o sector do alojamento e restauração (57.8%), do comércio (16.9%) e do imobiliário e prestação de serviços (11.7%). O sector da construção civil é, do conjunto de sectores mais significativos em termos de inserção dos portugueses, o que apresenta uma percentagem inferior de autoemprego. Acreditamos que tal se justifica pelos elevados valores de investimento em capital geralmente associados a uma atividade empresarial neste sector.

Quadro 2 Características das empresas

Indicador	%	N
Sector de atividade		
Alojamento e restauração	57.8	89
Comércio	16.9	26
Imobiliário e prestação de serviços	11.7	18
Construção	3.2	5
Outro	10.3	16
Número de empregados		
Nenhum	17.5	27
1 a 9	67.5	104
10 a 29	9.7	15
30 e mais	5.2	8
Volume de negócios		
Até 75,000€	86.3	132
75,000 a 150,000€	13.7	21

Fonte Inquérito aos empresários portugueses no Luxemburgo, 2012.

O cruzamento do sector de atividade anterior à atividade empresarial com o sector de desenvolvimento empresarial no Luxemburgo mostra que para 40.5% dos inquiridos não houve qualquer alteração e que para os restantes a alteração foi, maioritariamente, do sector

da construção civil para os sectores do alojamento e restauração ou do comércio e do sector do comércio para o do alojamento e restauração e da prestação de serviços. A comparação entre os sectores de atividade, apesar de permitir detectar uma relação interessante entre o último sector de trabalho por conta de outrem e o primeiro em que desempenha uma atividade por conta própria, não elucida sobre toda a experiência profissional anterior do emigrante. A partir de entrevistas conduzidas a informadores privilegiados (que servem, sobretudo, para completar as informações obtidas a partir do inquérito) é possível afirmar que uma parte substancial dos empresários portugueses no Luxemburgo criou a sua empresa em atividades onde, numa fase anterior do seu percurso profissional, desenvolveram uma atividade laboral. Assim, por exemplo, muitos decidem tornar-se independentes no sector da restauração porque trabalharam durante algum tempo como empregados neste sector, adquirindo aí competências relativas ao funcionamento do sector (em termos de clientes, fornecedores, possibilidade de lucro, etc.).

A reduzida participação familiar no processo de financiamento inicial da empresa, atrás mencionada, não significa que a família, ou a restante comunidade portuguesa, se mantenha à margem do funcionamento da empresa após a sua formação. Assim, quase 40% dos inquiridos afirmaram que empregavam pelo menos um membro da sua família e aproximadamente três quartos dos inquiridos indicaram que os seus empregados eram exclusivamente de nacionalidade portuguesa (quadro 3).

Quadro 3 Nacionalidade dos empregados, clientes e fornecedores

Nacionalidade	Maioria dos empregados (%)	Maioria dos clientes (%)	Principais fornecedores (%)
Portuguesa	78.3	43.1	9.0
Portuguesa e outra	7.8	30.7	9.7
Luxemburguesa	3.9	19.0	72.9
Outra	10.1	7.2	8.4
Total (N)	129	153	155

Fonte Inquérito aos empresários portugueses no Luxemburgo, 2012.

Os dados relativos à nacionalidade dos empregados, clientes e fornecedores permitem notar que as empresas formadas por portugueses, embora tenham uma forte componente nacional em termos da estrutura de trabalhadores e da estrutura de clientes, não subsistem sem a interação com a sociedade luxemburguesa, a qual assume um papel central no fornecimentos dos bens às empresas detidas por portugueses. Trata-se de um resultado natural que, em grande medida, decorre do sector de atividade da maioria das empresas – restauração e pequenos comércios – que têm necessidade de promover o abastecimento dos seus produtos nos fornecedores locais, próximos da área de ação das empresas.

Em termos de uma distinção frequentemente realizada nos estudos de empresarialismo imigrante (entre o funcionamento empresarial em mercados fechados formados por coétnicos ou co-nacionais ou em mercados abertos) é possível verificar que os empresários portugueses no Luxemburgo não se encontram limitados a um mercado específico (quadro 3): no caso dos fornecedores o mercado aberto assume maior preponderância, no caso da estrutura de clientes assiste-se a uma situação mais diversificada (embora com predominância dos nacionais portugueses) e no caso dos empregados verifica-se uma maior ação dos recursos da comunidade e do funcionamento do mercado de co-nacionais.

2.3 Determinantes do desenvolvimento do empreendedorismo: a ação de fatores de atração e de repulsão

Os diversos autores que têm analisado o empreendedorismo imigrante têm identificado a influência de um conjunto de fatores no desenvolvimento de práticas de autoemprego por parte da população migrante. Particularmente relevantes nos últimos anos têm sido os estudos que propõem uma abordagem multidimensional e que reconhecem a relevância da interação entre fatores individuais e condições ambientais ou situacionais (Kloosterman e Rath, 2001; Waldinger *et al.*, 1990). Como refere Oliveira (2004), não são somente os recursos comunitários e as oportunidades na sociedade de acolhimento em si que determinarão a iniciativa empresarial, mas também a capacidade que o indivíduo tem de aproveitar os recursos e as oportunidades.⁹ As oportunidades incluem as possibilidades para aceder ao mercado e às condições de funcionamento do mercado de trabalho, ou aos recursos, que podem até ser características partilhadas por determinado grupo e que constituem uma via para iniciativas de autoemprego (Putz, 2002).

Em síntese, têm sido apresentados os seguintes fatores como explicativos do desenvolvimento do empreendedorismo imigrante:

- a) *os recursos individuais: em especial a disponibilidade de capital humano e financeiro.* A reconhecida limitação de acesso aos recursos financeiros necessários ao financiamento da constituição das atividades empreendedoras, tem, segundo diversos estudos, sido compensada pela recursos existentes na comunidade imigrante e, em especial, pelo apoio familiar (Sanders e Nee, 1996; Smallbone *et al.*, 2003).

⁹ Veja-se, ainda, Portes e Zhou (1999).

- b) *os recursos do grupo étnico ou co-nacional e o capital social*. Atende aos recursos étnicos e ao capital social, isto é, aos recursos materiais e imateriais que podem ser mobilizados pelos membros dos grupos étnicos para a prossecução das suas atividades empreendedoras (Granovetter, 1985; Portes e Sensenbrenner, 1993).
- c) *os fatores estruturais*. Reconhece a importância das condições no país de destino, isto é das oportunidades existentes na sociedade de acolhimento, no desenvolvimento do empreendedorismo imigrante. Atenção particular é dedicada à ação dos mercados e à estrutura do mercado de trabalho, assim como aos fatores legais e institucionais (Rath, 2000, Waldinger *et al.*, 1990).
- d) *os incentivos e pressões (factores push e pull)*. Identifica dois conjuntos de motivos extremos para o desenvolvimento de atividades empreendedoras: motivos relacionados com a autorrealização (*pull*) e motivos decorrentes de uma economia de necessidade (*push*). Nos primeiros motivos dominam o desejo de autonomia, de independência e a liberdade de escolha, enquanto nos segundos são preponderantes os fatores relacionados com a resposta a uma situação ou ameaça de desemprego, ou a insatisfação com a relação laboral (incluindo a insatisfação com as condições remuneratórias) (Clark e Drinkwater, 2000; Dawson e Henley, 2012; Dawson *et al.*, 2009; Hillmann e Rudolph, 1997).¹⁰ Reconhece-se que na prática a constituição de uma atividade empreendedora é quase sempre o resultado de um conjunto de incentivos e de pressões, pelo que a simples categorização das motivações apenas em dois polos extremos não é suficiente para a compreensão integral das razões do desenvolvimento de uma atividade empreendedora.

Admite-se no presente estudo que as iniciativas empreendedoras não são determinadas somente pelos recursos (humanos e financeiros) disponíveis, mas também por certos incentivos e pressões e que as decisões relativas ao desenvolvimento de uma atividade empresarial são complexas, combinando, em grau variável, um conjunto diversificado de motivações. A identificação destes incentivos e pressões (ou destes fatores *push* e *pull*) é particularmente interessante quando se procura conhecer os motivos que desencadearam a prossecução de uma atividade independente por parte dos imigrantes.

No âmbito deste estudo, considerou-se importante conhecer as razões que conduziram à adoção de uma atividade independente e, em particular, conhecer se esta foi iniciada mais

¹⁰ Os fatores de atração e de repulsão que conduzem à adoção de práticas empreendedoras são na literatura (em particular na produzida no âmbito do *Global Entrepreneurship Monitor*) conhecidas, também, por empreendedorismo baseado na necessidade e empreendedorismo baseado em oportunidades (Reynolds *et al.*, 2002).

por fatores de atração ou motivada por uma pressão resultante da limitação das oportunidades no mercado de trabalho. Não se pretendendo discutir de forma aprofundada a ação de todos estes fatores no processo de autoemprego dos emigrantes portugueses no Luxemburgo, debruçar-nos-emos de seguida apenas sobre os incentivos e as pressões dos emigrantes de modo a conhecer, nesta primeira abordagem, os motivos que conduziram ao desenvolvimento de práticas empreendedoras por parte dos emigrantes portugueses. Trata-se, sobretudo, de fatores subjetivos, apontados pelos inquiridos no momento da inquirição, restando conhecer a relevância efetiva de cada um destes fatores no processo de decisão de desenvolvimento de uma atividade independente.

Quadro 4 Incentivos e pressões para o desenvolvimento da atividade empresarial

Questão	Motivo/indicador	Fator	%
... ideia da família	Família	Incentivo	4.7
... mudança nas circunstâncias familiares	Família	Pressão	1.3
... tinha esse objetivo quando emigrei	Disposição/realização	Incentivo	0.6
... tinha capital para investir	Disposição	Incentivo	3.9
... sentia essa necessidade	Disposição/realização	Incentivo	1.3
... queria trabalhar por conta própria	Autonomia	Incentivo	19.3
... oportunidade para obter proveitos próprios	Autonomia	Incentivo	14.3
... tinha uma boa ideia de negócio	Reconhecimento de oportunidade	Incentivo	4.7
... tinha bons contactos para parceiros de negócios	Reconhecimento de oportunidade	Incentivo	1.1
... surgiu a oportunidade	Reconhecimento de oportunidade	Incentivo	26.3
... conhecia bem o sector de negócio	Reconhecimento de oportunidade	Incentivo	13.1
... estava desempregado	Desemprego	Pressão	1.3
... estava insatisfeito com a minha situação anterior	Insatisfação	Pressão	9.0

Nota As razões que conduziram ao desenvolvimento da atividade empresarial foram aferidas através de uma questão de resposta múltipla (limitada a um máximo de três respostas). Apresentam-se no texto as percentagens de respostas assinaladas.

Fonte Inquérito aos empresários portugueses no Luxemburgo, 2012.

Os dados do quadro indicam que os fatores de atração (incentivos) parecem ser os mais importantes na decisão de constituição de uma empresa (no total, estes fatores obtiveram 89.3% das respostas). O reconhecimento de oportunidades, em conjunto com o conhecimento do sector de negócio, constituem importantes motivos na prossecução de uma atividade independente (39.4% das respostas), o que sugere a importância do conhecimento do sector de atividade (decorrente, por exemplo, de uma experiência profissional anterior) no processo de constituição das empresas. O desejo de adquirir independência ou de obter proveitos próprios recolhe, igualmente, um número elevado de respostas (33.6%). Os inquiridos atribuíram uma menor relevância no processo de decisão aos fatores repulsivos (ou, de

pressão), tais como insatisfação com a situação laboral anterior, ou o desemprego (respetivamente 9.0% e 1.3% das respostas).¹¹

A categorização dos motivos de constituição de uma atividade empresarial independente em fatores de pressão e de incentivo, apesar de interessante do ponto de vista analítico e útil para o desenvolvimento de políticas promotoras do empreendedorismo, ignora que no processo de tomada de decisão intervêm, frequentemente e de forma conjunta, ambos os conjuntos de fatores. Por exemplo, os inquiridos que consideraram que na origem da sua iniciativa empresarial esteve a insatisfação com a sua situação laboral (fator de pressão), indicaram, também, como motivação a identificação de uma oportunidade ou o desejo de trabalhar por conta própria (fatores de incentivo). No total, 33.3% dos inquiridos associaram um fator de pressão a um fator de incentivo e os restantes apenas identificaram fatores de atração. É, assim, importante reconhecer que ambos os conjuntos intervêm, em diferentes graus, no processo de constituição de uma atividade empreendedora e que se torna necessário conhecer a importância relativa de cada um destes fatores e a importância efetiva de cada um dos fatores apresentados no processo de decisão (o que não é possível de ser realizado com o dados do inquérito que se têm vindo a usar).

2.4 Dificuldades experimentadas no processo de criação empresarial e no decurso da atividade da empresa

A decisão de iniciar uma atividade empreendedora associa-se à identificação dos recursos (conhecimentos, capital económico, capital social, etc.) disponíveis para prosseguir a concretização da iniciativa empresarial. Trata-se neste lugar, sobretudo, de identificar os constrangimentos experimentados pelos migrantes no processo de constituição e desenvolvimento da sua atividade. No âmbito do presente estudo, os inquiridos foram questionados sobre os problemas experimentados em dois momentos distintos: aquando da criação da empresa e durante o período de funcionamento da mesma.

Como mostram os dados do quadro seguinte, as dificuldades experimentadas pelos empreendedores portugueses no Luxemburgo no momento de criação da empresa são, sobretudo, de natureza estrutural (questões de financiamento, problemas de pessoal, insuficiência de clientes e dificuldade em encontrar instalações). A insuficiência de recursos financeiros e a dificuldade de aceder às instituições de crédito surgem como fatores

¹¹ À semelhança da maioria das respostas a questões sobre eventos passados, as respostas dadas pelos inquiridos poderão ter sido influenciadas pelo enviesamento autojustificado que tende a sobrevalorizar os efeitos positivos, isto é, os fatores de atração (Pearson *et al.*, 1994).

estruturais particularmente constrangedores no início da atividade empresarial. É de assinalar, igualmente, a relevância atribuída à escassez de recursos humanos. Trata-se de um dado interessante se tomarmos em consideração que, como mencionado atrás, a maioria dos empregados que trabalham nas empresas dos inquiridos são de nacionalidade portuguesa.¹² Ainda no âmbito dos obstáculos estruturais, as questões burocráticas (contato com as instituições e gestão do processo administrativo) surgem, embora com menor relevância, como o terceiro conjunto de dificuldades experimentadas pelos empreendedores portugueses no início da sua atividade empresarial. A menor importância atribuída a estes dois fatores poderá ser justificada pelo conhecimento prévio do funcionamento da sociedade luxemburguesa e, em particular, do sector de atividade em que os emigrantes portugueses iniciaram a sua empresa.

Para além das dificuldades de natureza estrutural, os obstáculos de índole pessoal também contribuem para dificultar a fase inicial da constituição da empresa. Neste aspeto o desconhecimento das leis do país ou das técnicas de gestão surgem como os fatores mais relevantes para os inquiridos, seguidos pelos problemas com os sócios. As dificuldades relacionadas com aspetos considerados centrais na formação de uma empresa (ideia de negócio, definição de estratégia e capacidade de organização) são consideradas pouco relevantes pelos inquiridos.

No geral, os emigrantes portugueses inquiridos atribuem aos fatores pessoais uma relevância menor que aos fatores estruturais. Trata-se de um resultado que não deixa de ser natural atendendo a que o processo de criação empresarial requer, para além de outros fatores, determinadas características pessoais (por exemplo, ao nível dos conhecimentos do sector, da predisposição para o risco, etc.) cuja ausência inibe a prossecução de uma atividade empresarial. Dado que o inquérito foi aplicado apenas aos que concluíram o processo de criação de uma empresa e que ainda detinham uma atividade empresarial, é de admitir que estejamos perante uma amostra positivamente selecionada, isto é uma amostra em que os referidos fatores pessoais (e, também os de natureza estrutural) apesar de se constituírem como obstáculo não foram suficientes para inviabilizar o desenvolvimento da atividade empresarial.

Ultrapassados os obstáculos iniciais à constituição da empresa os emigrantes registam uma evidente diminuição das dificuldades nos momentos posteriores. Esta redução é evidente quer nas dificuldades de natureza estrutural, quer nas de natureza pessoal (quadro 6).

¹² Poderá admitir-se a hipótese da escassez de pessoal identificada pelos empregadores poder, após o início da atividade, ser colmatada com o recrutamento de nacionais em Portugal.

Quadro 5 Dificuldades sentidas no período inicial da constituição da empresa (% de respostas positivas)

Dificuldades sentidas	%	Número de respostas
Problemas com sócios	14.2	141
Conhecimentos insuficientes de técnicas de gestão	18.3	142
Ausência de recursos económicos ou financeiros	44.5	144
Falta de mão-de-obra disponível	27.5	149
Ausência de uma ideia de negócio ou oportunidade	4.1	128
Dificuldade no contacto com instituições no país de acolhimento	12.5	144
Desconhecimento das leis no país de acolhimento	19.0	147
Dificuldade em definir uma estratégia empresarial	4.8	146
Dificuldades de organização e funcionamento	6.1	148
Dificuldade em obter informação adequada	10.8	148
Problemas no abastecimento de mercadorias	6.8	147
Falta de clientes	28.4	148
Dificuldades em encontrar instalações apropriadas	20.7	150
Dificuldades de acesso a crédito bancário	19.2	141
Racismo ou discriminação	19.1	147
Dificuldades de gestão do processo administrativo com as autoridades oficiais	10.2	147

Fonte Inquérito aos empresários portugueses no Luxemburgo, 2012.

Quadro 6 Dificuldades sentidas no funcionamento da empresa (% de respostas positivas)

Dificuldades sentidas	%	Número de respostas
Problemas com sócios	5.6	141
Conhecimentos insuficientes de técnicas de gestão	6.9	145
Ausência de recursos económicos ou financeiros	18.5	146
Falta de mão-de-obra disponível	12.9	148
Dificuldade no contacto com instituições no país de acolhimento	4.1	146
Desconhecimento das leis no país de acolhimento	6.1	147
Dificuldade em definir uma estratégia empresarial	4.1	147
Dificuldades de organização e funcionamento	4.1	147
Dificuldade em obter informação adequada	4.8	147
Problemas no abastecimento de mercadorias	5.4	147
Falta de clientes	14.4	146
Dificuldades em encontrar instalações apropriadas	6.8	147
Dificuldades de acesso a crédito bancário	6.9	146
Racismo ou discriminação	10.2	147
Concorrência	9.4	149
Dificuldades de gestão do processo administrativo com as autoridades oficiais	6.1	147

Fonte Inquérito aos empresários portugueses no Luxemburgo, 2012.

2.5 A construção e manutenção de relações económicas externas por parte dos empreendedores portugueses no exterior

Analizadas as características do empreendedorismo português no Luxemburgo, importa conhecer em que medida esta atividade recorre às ligações que o emigrante mantém com o seu país de origem para potenciar o funcionamento do seu negócio. Trata-se, no essencial, de avaliar a extensão e intensidade das práticas de empreendedorismo transnacional entre os portugueses empreendedores no Luxemburgo.¹³ A este respeito, o questionário usado continha um conjunto de questões para, primeiro, aferir a relação que o emigrante mantinha com o seu país de origem e, segundo, para recolher informação sobre a utilização dos contatos com Portugal no desenvolvimento da atividade empresarial.

A generalidade dos emigrantes portugueses inquiridos exprime um relacionamento próximo com o seu país de origem, em particular com a realização regular de férias em Portugal,¹⁴ ou a realização de investimentos no país (sobretudo, de natureza imobiliária, dirigidos à aquisição de casa própria). A maioria dos inquiridos (56.8%) afirmou já ter realizado algum investimento em Portugal e dos que ainda não realizaram investimentos no país, 34.3% indicaram pretender no futuro concretizar algum tipo de investimento em Portugal. Uma parte desta percentagem de intenções futuras de investir no país poderá ser justificada pelo contexto económico desfavorável que o país atravessava no momento do inquérito. Os dados do inquérito não permitem confirmar esta asserção, mas permitem notar a existência de uma relação significativa entre os planos futuros dos inquiridos e as intenções de investimento. Dos que indicaram não ter intenção de investir Portugal, 70.5% afirmaram pretender permanecer definitivamente no Luxemburgo e 20.5% revelaram ainda não terem planos definitivos em relação ao futuro.

Relativamente a outra forma tradicional de manutenção de relações com o país de origem, o envio de remessas financeiras, a maioria dos inquiridos (73.5%) afirmou não enviar dinheiro para Portugal.

Para além das referidas relações dos emigrantes portugueses com o seu país de origem, as quais não são exclusivas dos emigrantes empreendedores, são de referir as relações que os empreendedores portugueses no Luxemburgo estabelecem com empresas em Portugal. Estas relações económicas externas podem representar um potencial importante quer no início do

¹³ Sobre a noção de empreendedorismo transnacional, veja-se, entre outros, Portes, Guarnizo e Haller (2002) e Drori, Honig e Wright (2009).

¹⁴ 49.7% dos inquiridos afirmaram realizar regularmente férias em Portugal e 41.3% assinalaram realizar ocasionalmente férias no país. Somente 0.6% dos empresários portugueses que responderam ao inquérito afirmaram não fazer férias em Portugal.

desenvolvimento da atividade empresarial, quer no decurso da mesma. Os contatos com empresas, fornecedores e distribuidores no país de origem poderão permitir a ativação de oportunidades de acesso privilegiado (em termos de custo e tempo) a recursos importantes para os seus negócios. A ausência de barreiras linguísticas e culturais e o conhecimento, explícito e implícito, das estruturas formais e informais do país de origem, poderão facilitar o desenvolvimento das relações comerciais dos empresários portugueses com parceiros de negócios em Portugal. A construção e evolução destas relações transnacionais não é, contudo, uma realidade evidente ou natural para todos os emigrantes empreendedores. A distância espacial e temporal (diferença entre o tempo da procura e o tempo da oferta de bens e serviços) e o tipo de indústria ou a natureza do produto ou serviço comercializado exercem uma forte influência sobre a existência e a intensidade das relações económicas externas dos migrantes empreendedores.¹⁵

Para os empreendedores portugueses no Luxemburgo as relações comerciais com o país de origem constituem uma atividade regular (29%) ou ocasional (41.9%). O relacionamento comercial com empresas, fornecedores ou distribuidores em Portugal é mais intenso no conjunto de sectores económicos assentes na comercialização de bens de origem portuguesa. A maioria dos inquiridos que afirmou manter relações regulares ou ocasionais com empresas em Portugal desenvolvem a sua atividade empresarial no sector do comércio (16.5%) ou no sector da restauração (61.5%).

As relações comerciais com o exterior não se limitam às empresas situadas no país de origem. Elas podem, igualmente, envolver outras empresas detidas por emigrantes portugueses localizadas noutros países de acolhimento. Embora se trate de uma questão importante para aferir as relações que se estabelecem entre os emigrantes empreendedores portugueses residentes em diferentes países e para analisar o potencial associado a este tipo de interação, o instrumento usado para recolher os dados para este estudo não incluía questões direcionadas a esta realidade.

¹⁵ A estes fatores há a acrescentar, a nível macro, o quadro regulatório e institucional dos diferentes países.

Notas finais

Os dados relativos às práticas empreendedoras dos portugueses no Luxemburgo permitem realizar uma caracterização inicial desta realidade. Eles referem-se a um momento específico no tempo (o momento da inquirição) e não permitem, por isso, avaliar o desenvolvimento longitudinal das atividades empresariais. Fica, deste modo, por conhecer o grau de sucesso ou insucesso das empresas constituídas (particularmente as de constituição mais recente), ou as alterações verificadas na situação das empresas dos inquiridos. Não obstante esta limitação é possível assinalar que o empreendedorismo português no Luxemburgo constitui uma realidade bastante presente e importante para a comunidade portuguesa aí residente quer pela visibilidade associada às atividades desenvolvidas, quer por se constituírem como espaço de inserção laboral (e de sociabilidade) de muitos emigrantes portugueses. Concentradas, principalmente, nos sectores do comércio e da restauração, as atividades empreendedoras dos portugueses resultam, sobretudo, da identificação de oportunidades particulares no mercado de trabalho e menos de constrangimentos impostos ao percurso laboral do emigrante (como, por exemplo, o desemprego). A identificação destas oportunidades e o reduzido nível de dificuldades burocráticas experimentadas no processo de constituição da atividade independente resultam dos conhecimentos sobre o funcionamento do sector da atividade adquiridos num período em que os emigrantes empreendedores se encontravam a trabalhar, frequentemente, nesses mesmos sectores como trabalhadores por conta de outrem.

Os resultados do estudo sobre o empreendedorismo português no Luxemburgo apresentados de forma sintética ao longo das páginas precedentes constituem um passo preparatório no estudo das práticas de empreendedorismo dos emigrantes portugueses. A longo prazo espera-se conseguir alargar a análise a outros contextos nacionais e conhecer os desenvolvimentos contemporâneos das práticas empreendedoras dos emigrantes portugueses e, em particular, estudar o desenvolvimento de práticas empreendedoras transnacionais quer entre os emigrantes portugueses residentes no exterior quer entre este e o seu país de origem.

Referências bibliográficas

- Arroteia, Jorge Carvalho (1986), *A Emigração Portuguesa no Grão Ducado do Luxemburgo*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- Beirão, Delfina (1999), *Les Portugais au Luxembourg*, Paris, L'Harmattan.
- Candeias, Pedro, Pedro Góis, José Carlos Marques e João Peixoto (2014), "Emigração portuguesa: bibliografia comentada (1980-2013)", Lisboa, ISEG, *SOCIUS Working Papers*, n.º 01/2014 (<http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~socius/publicacoes/wp/WP01.2014.pdf>).
- Clark, Kenneth, e Stephen Drinkwater (2000), "Pushed out or pulled in? Self-employment among ethnic minorities in England and Wales", *Labour Economics*, 7 (5), pp. 603-628.
- Dawson, Christopher, e Andrew Henley (2012), "'Push' versus 'pull' entrepreneurship: an ambiguous distinction?", *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research Bulletin*, 18 (6), pp. 697-719.
- Dawson, Christopher, Andrew Henley e Paul Latreille (2009), "Why do individuals choose self-employment?", Bona, *IZA Discussion Paper*, n.º 3974 (<http://ftp.iza.org/dp3974.pdf>).
- Drori, Israel, Benson Honig e Mike Wright (2009), "Transnational entrepreneurship: an emergent field of study", *Entrepreneurship Theory and Practice*, 33 (5), pp. 1001-1022.
- Granovetter, Mark (1985), "Economic action and social structure: the problem of embeddedness", *American Journal of Sociology*, 91 (3), pp. 481-510.
- Hillmann, Felicitas e Hedwig Rudolph (1997), "Redistributing the cake? Ethnicisation processes in the Berlin food sector", *Discussion Papers*, 95-102, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, Forschungsschwerpunkt Arbeitsmarkt und Beschäftigung.
- Kloosterman, Robert e Jan Rath (2001), "Immigrant entrepreneurs in advanced economies: mixed embeddedness further explored", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27 (2), pp. 189-201.
- Light, Ivan (1987), "Die Unternehmer und Ethnische Unternehmer", *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 28, pp. 93-215.
- Light, Ivan e Steven Gold (2000), *Ethnic Economies*, San Diego, Cal., Academic Press.
- Light, Ivan, et al. (1994), "Beyond the ethnic enclave economy", *Social Problems*, 41, pp. 65-80.
- Oliveira, Catarina Reis de (2004), *Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal*, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Pearson, Robert W., Michael Ross e Robyn M. Dawes (1994), "Personal recall and the limits of retrospective questions in surveys", in Judith M. Tanur (org.), *Questions About Questions. Inquiries Into the Cognitive Bases of Surveys*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation, pp. 65-94.

- Portes, Alejandro, Luis Guarnizo e William Haller (2002), "Transnational entrepreneurs: an alternative form of immigrant economic adaptation", *American Sociological Review*, 67 (2), pp.278-298.
- Portes, Alejandro e Julia Sensenbrenner (1993), "Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action", *American Journal of Sociology*, 98 (6), pp. 1320-1350.
- Portes, Alejandro e Min Zhou (1999), "Entrepreneurship and economic progress in the 1990s: a comparative analysis of immigrants and African Americans", in Frank D. Bean e Stephanie Bell-Rose (orgs.), *Immigration and Opportunity. Race, Ethnicity, and Employment in the United States*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation, pp. 143-171.
- Putz, Robert (2002), "Culture and entrepreneurship: remarks on transculturality as practice", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 94, pp. 554-563.
- Rath, Jan (2000), *Immigrant Businesses. The Economic, Political and Social Environment*, Houndmills, U.K., Nova Iorque, Macmillan, St. Martin's Press.
- Reynolds, Paul, et al. (2002), *Global Entrepreneurship Monitor 2001, Executive Report*, Babson Park/London, Babson College and London Business School.
- Sanders, Jimmy M. e Victor Nee (1996), "Immigrant self-employment: the family as social capital and the value of human capital", *American Sociological Review*, 61 (2), pp. 231-249.
- Smallbone, David, et al. (2003), "Access to finance by ethnic minority in the UK", *International Small Business Journal*, 21 (3), pp. 291-315.
- STATEC (2013), "Portugiesen in Luxemburg", *Recensement de la Population 2011. Premiers Résultats*, nº 18.
- Volery, Thierry (2007), "Ethnic entrepreneurship: a theoretical framework", in Leo Paul Dana (org.), *Handbook of Research on Ethnic Minority Entrepreneurship. A Co-evolutionary View on Resource Management*, Cheltenham, Edward Elgar, pp. 30-41.
- Waldinger, Roger, Howard Aldrich e Robin Ward (1990), "Opportunities, group characteristics and strategies", in Roger Waldinger, Howard Aldrich e Robin Ward (orgs.), *Ethnic Entrepreneurs. Immigrant Business in Industrial Societies*, Newbury Park, Sage, pp. 13-49.
- Yinger, Milton J. (1985), "Ethnicity", *Annual Review of Sociology*, 11, pp. 151-180.

Outras publicações do OEm

Emigração Portuguesa na União Europeia: Dados dos Censos de 2011 (maio de 2014)

[<http://www.observatorioemigracao.pt/np4/1272>]

Emigração Portuguesa por País: Espanha (outubro de 2013)

[<http://www.observatorioemigracao.pt/np4/3725.html>]

Emigração Portuguesa por País: EUA (julho de 2014)

[<http://www.observatorioemigracao.pt/np4/3914.html>]

Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2014 (julho de 2014)

[<http://www.observatorioemigracao.pt/np4/1207>]

Portuguese Emigration Factbook 2014 (dezembro de 2014)

[<http://www.observatorioemigracao.pt/np4/1269>]

Remessas 2013 (dezembro de 2014)

[<http://www.observatorioemigracao.pt/np4/1273>]



Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração integra o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) e resulta de uma parceria entre o Instituto e a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP).

Série	OEm Working-Paper 01
Título	Empresários portugueses no Luxemburgo: uma primeira aproximação
Autores	José Carlos Marques
Edição	Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL
Data	maio de 2015
ISNN	2183-5438
DOI	10.15847/CIESOEMWP012015
URI	http://hdl.handle.net/10071/8894

Como citar Marques, José Carlos (2015), "Empresários portugueses no Luxemburgo: uma primeira aproximação", *OEm Working-Paper*, 01, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMWP012015

Observatório da Emigração | www.observatorioemigracao.pt